



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

Conselho Nacional da FENPROF Lisboa, 22 de outubro de 2021

Resolução sobre a ação reivindicativa na Educação Pré-Escolar e nos Ensinos Básico e Secundário

Respeitar os Professores; valorizar a profissão docente; desbloquear a negociação; defender a Escola Pública!

Os problemas que afetam os professores e as escolas arrastam-se por falta de vontade política do Governo e indisponibilidade dos responsáveis do Ministério da Educação para o desenvolvimento de processos de diálogo e negociação, destinados a encontrar soluções para lhes pôr cobro. Há mais de dois anos que o ministro Tiago Brandão Rodrigues, sob a direção do primeiro-ministro António Costa, impõe um intolerável bloqueio negocial, tanto do ponto de vista legal, como democrático, que tem impedido a discussão de assuntos que são do interesse dos docentes e da Educação em geral. Desbloquear esta situação é imprescindível para a construção das indispensáveis soluções.

A proposta de Orçamento do Estado para 2022 (OE2022) apresentada pelo Governo, que, no plano da Educação, não mereceu qualquer discussão prévia com as organizações sindicais de docentes, confirma, em pleno, a falta de atenção e de investimento nesta área, sendo absolutamente justo afirmar que **o Governo não respeita os Professores e o Ministro não cuida da Educação**. A proposta ignora, em absoluto, os problemas dos docentes, não dá resposta às dificuldades que as escolas vivem. O aumento que prevê para esta área não decorre de um imprescindível esforço orçamental. Antes resulta da operacionalização de projetos já anunciados, financiados por fundos europeus, como acontece com a designada transição digital ou o denominado Plano Escola+ 21/23, não constando qualquer medida orientada para responder a problemas estruturais que, nos longos meses da pandemia, se agravaram, ganhando, ainda, maior visibilidade.

Apesar do extraordinário trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos professores e educadores, não raras vezes, até, com sacrifício e prejuízo da sua vida pessoal, o governo, na proposta de Relatório do OE2022, decidiu atribuir, exclusivamente, a si próprio e às suas políticas, a melhoria de resultados no âmbito da promoção do sucesso escolar e do combate ao abandono, o que, mais uma vez, deixa a nu o desrespeito que os governantes nutrem pelo imenso e intenso trabalho dos docentes. Um desrespeito que, na proposta de OE2022, a penúltima da atual Legislatura, é reiterado, com o governo a não dar, de novo, qualquer sinal de abertura para resolver problemas como os que se colocam em relação:

- À **carreira docente**, mantendo o esbulho de tempo de serviço, as vagas que impedem a progressão de milhares de docentes, as ultrapassagens de professores com

mais tempo de serviço, uma avaliação que se torna ainda mais iníqua com as quotas do SIADAP, tudo isto gerando fortes injustiças e acentuando a discriminação de quem trabalha no continente em relação aos docentes que exercem atividade nas regiões autónomas;

- À **precariedade**, não se prevendo qualquer medida que lhe dê combate, o que também explica a não convocação, até hoje, da reunião que deveria dar início à anunciada revisão do regime de concursos, provavelmente por não haver intenção de cumprir as obrigações legais que decorrem das leis 46/2021 e 47/2021, que, desde o passado mês de agosto, estão a ser violadas no que aos prazos diz respeito, preocupações que também abrangem todas as áreas da atividade docente que permanecem sem grupo de recrutamento, desde a do teatro e expressão dramática até às disciplinas técnicas dos cursos profissionais, nas escolas públicas, para as quais são contratados técnicos especializados;

- Ao indispensável **rejuvenescimento na profissão, que, obviamente, requer medidas para enfrentar o envelhecimento do corpo docente**, medidas que deveriam passar pela aplicação da pré-reforma, pela aprovação de um regime específico de aposentação do pessoal docente, pela recuperação, para a profissão, dos docentes qualificados que a abandonaram e pela atração de jovens para os cursos de formação;

- Às condições de trabalho, não sendo manifestada qualquer abertura para, designadamente, **eliminar os abusos e ilegalidades que afetam os horários de trabalho, bem como para reduzir, efetivamente, o número de alunos por turma e de níveis e turmas por professor.**

Em suma, **o governo continua a não investir na Educação, a não criar condições para que se reforcem os recursos das escolas e a não tomar medidas inadiáveis que visem atrair os jovens para a profissão e que preparem a saída, até final da década, de dezenas de milhar de docentes por aposentação. A não serem tomadas medidas imediatas, estamos perante uma situação gravíssima para a qual não se vislumbra quem, com a devida qualificação, substitua tais profissionais.**

Curiosamente, o governo afirma, na proposta para o OE2022, que será dada continuidade à melhoria das condições de trabalho, no âmbito da promoção da segurança e saúde no trabalho, em articulação com as estruturas representativas dos trabalhadores... Uma declaração contrariada pela realidade, tal como se comprova, nomeadamente, pelo facto de os responsáveis do ME se terem recusado a negociar as medidas a tomar – apesar de, a isso, estarem legalmente obrigados – quando houve necessidade de garantir condições de segurança e saúde nas escolas, no período em que a incidência e a transmissibilidade da Covid-19 atingiam taxas muito elevadas.

Na globalidade, a proposta de OE2022 continua muito longe dos 6% do PIB que são recomendados pelas mais diversas organizações internacionais. Não atinge, sequer, os 4%, tendo em conta a previsão do Banco de Portugal para o valor do Produto Interno Bruto em 2022, mesmo entrando em linha de conta com os mais de 900 milhões de euros de fundos europeus (um aumento de 65,5% relativamente a 2020).

Para além do que antes se afirma, a proposta de OE2022, relativamente à Educação Pré-Escolar, continua a valorizar a perspetiva social em detrimento da educativa e, num plano mais geral, reitera a generalização da municipalização até final de março de 2022, erro crasso, que, a ser cometido, penalizará fortemente a Educação. A não ser travada, a municipalização levará ao agravamento das desigualdades, imporá novas tutelas às escolas, fragilizando, ainda mais, a sua autonomia, abrirá portas a ingerências e constituirá um forte ataque à Escola Pública, serviço público de Educação.

Face à situação descrita e tendo em conta a necessidade de desenvolver uma forte ação reivindicativa neste período de discussão e votações do Orçamento do Estado (período no qual não se pode esgotar a ação e luta dos professores, mas em que elas assumem particular importância), **o Conselho Nacional da FENPROF, reunido em 22 de outubro, decide:**

- Exortar os professores e educadores a expressarem a sua insatisfação, protesto e exigências, com uma grande adesão à **Greve Nacional convocada para 5 de novembro**, pela FENPROF, em convergência com outras organizações sindicais de docentes;

- Promover uma **Concentração de Professores e Educadores frente à Assembleia da República, em 5 de novembro**, dia da Greve Nacional, com o objetivo de protestar contra a proposta de OE 2022 e reagir às declarações do ministro, que, caso o OE 2022 seja aprovado na generalidade, neste dia, estará em audição parlamentar;

- Manter, até final do ano letivo, a **greve ao sobretrabalho**, que se reiniciará em 25 de outubro, caso o Ministério da Educação teime em não eliminar os abusos e ilegalidades que afetam os horários de trabalho;

- Recolher o máximo de **assinaturas na Petição “Reclamamos justiça, efetivação dos nossos direitos e respeito pelo horário de trabalho” e entregá-la na Assembleia da República, em 10 de novembro**, para que as posições dos docentes sejam tidas em conta no período de debate de especialidade do OE2022, caso este documento haja sido aprovado na generalidade;

- Apresentar pré-aviso de greve para 12 de novembro, dia em que se realizará uma **Greve Nacional da Administração Pública** em defesa dos direitos, das carreiras, dos salários e das condições de trabalho de todos os seus trabalhadores, bem como de investimento nos serviços públicos, com vista a garantir respostas de qualidade;

- Continuar a desenvolver intensa **atividade nas escolas, junto dos docentes**, mantendo essa ação como prioritária na atividade dos Sindicatos de Professores;

- **Complementar essa atividade** com a realização de plenários e outras ações, com o reforço da informação e mobilização também através de cartazes a colocar nos *placards* sindicais, materiais para afixação em espaços públicos, bem como materiais específicos para divulgação através das redes sociais, *sites* e *emails*.

Noutro plano, mas com os mesmos objetivos, a FENPROF:

- Manterá o **contacto com os grupos parlamentares**, dando sequência às reuniões já realizadas com PCP, BE, PSD e CDS-PP;

- Solicitará **reunião ao novo conselho diretivo da Associação Nacional de Municípios, ao mesmo tempo que os Sindicatos de Professores solicitarão reuniões a todos os executivos municipais**, procurando encontrar parcerias de contestação à generalização da municipalização até final de março de 2022;

- Convocará uma Conferência de Imprensa, na qual, a partir da situação de **carência de professores**, particularmente em algumas regiões do país e a algumas disciplinas, apresentará propostas para dar resposta ao problema no plano imediato, bem como a médio e longo prazo, sendo as mesmas entregues no ME, em audiência a solicitar para o efeito;

- Promoverá diversas iniciativas setoriais, que, no curto prazo, passarão pela realização de um **Encontro Nacional sobre o 1.º Ciclo do Ensino Básico** (29 de outubro), um **Encontro Nacional sobre Ensino Artístico** Especializado da Música e da Dança (13 de novembro), bem como a Conferência Nacional da Educação Pré-Escolar a decorrer em duas sessões de debate, em modo *webinar* (16 e 23 de novembro);

- Entregará no Supremo Tribunal Administrativo, em 25 de outubro, uma **ação contra o Governo**, por violação da Lei n.º 46/2021, e manterá, levando até às últimas consequências, as ações que decorrem já quase há dois anos, contra as ultrapassagens na carreira de docentes com maior antiguidade por outros com menor;

- Realizará, em 27 de outubro, um debate, em *webinar*, sobre os **riscos do digital para os alunos e as escolas**, dando continuidade a outros já promovidos em outubro sobre ambiente e sobre o digital no ensino superior, temas que resultam das áreas de financiamento do chamado PRR;

- **Acompanhará o desenvolvimento do designado Plano Escola+ 21/23**, com o objetivo de confirmar quais as atividades de recuperação que estão a ser concretizadas e se, para a sua efetivação, as escolas contaram com reforço de recursos humanos ou se as mesmas impõem um trabalho acrescido dos docentes nelas colocados.

A manter-se a **situação de bloqueio negocial e a fuga do ministro ao diálogo**, a FENPROF continuará, por todos os meios, a pressionar para pôr fim a essa situação, designadamente, dirigindo-se ao Ministério da Educação ou a locais onde o governante se desloque para tentar contactá-lo; da situação de bloqueio imposto por Tiago Brandão Rodrigues, para além de prosseguir a denúncia no plano nacional, acentuá-la-á no plano internacional, não só no âmbito do movimento sindical docente, como das organizações que, no mundo, se associam para celebrar o Dia Mundial do Professor: OIT, UNESCO, UNICEF e Internacional de Educação.

Lisboa, 22 de outubro de 2021
O Conselho Nacional da FENPROF